LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

CULTURA INDÍGENA E IDENTIDADE PERNAMBUCANA: REFLEXOS DA TRADIÇÃO INDÍGENA NA LÍNGUA, CULINÁRIA E FESTIVIDADES DO ESTADO

INDIGENOUS CULTURE AND IDENTITY IN PERNAMBUCO: REFLECTIONS OF INDIGENOUS TRADITION IN THE LANGUAGE, CUISINE, AND FESTIVITIES OF THE STATE

CULTURA E IDENTIDAD INDÍGENA EN PERNAMBUCO: REFLEJOS DE LA TRADICIÓN INDÍGENA EN LA LENGUA, LA GASTRONOMÍA Y LAS FESTIVIDADES DEL ESTADO

https://doi.org/10.56238/levv17n65-022

Data de submissão: 09/09/2026 **Data de publicação:** 09/10/2026

Maria Uiuma dos Santos
História
Instituição: Unifael

RESUMO

Os povos indígenas exerceram papel fundamental na formação cultural, social e linguística do Brasil, influenciando de maneira significativa os costumes, os modos de vida e a organização simbólica da sociedade. Em Pernambuco, essa diversidade cultural torna-se ainda mais evidente, uma vez que o estado foi historicamente povoado por diferentes etnias indígenas, cujas contribuições permanecem presentes no cotidiano da população. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a influência da cultura indígena na formação da identidade pernambucana, considerando suas contribuições nos campos social, linguístico, culinário, religioso e simbólico. Como objetivos específicos, buscou-se identificar as principais etnias indígenas presentes em Pernambuco, investigar as influências da língua, da culinária, das manifestações culturais e religiosas de matriz indígena, bem como discutir os desafios enfrentados pelos povos indígenas na contemporaneidade, especialmente no que se refere à valorização de sua cultura e à preservação de sua memória histórica. A pesquisa parte da problemática sobre quais foram as principais influências culturais dos povos indígenas na sociedade pernambucana e de que forma essas influências permanecem presentes nos dias atuais. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, com a utilização de livros, artigos científicos, documentos históricos e bases de dados eletrônicas, como SciELO e Google Acadêmico. A análise dos dados permitiu compreender que a influência indígena em Pernambuco se manifesta em diversos aspectos da vida cotidiana, como na toponímia, no vocabulário regional, na culinária tradicional, nas práticas religiosas e nos saberes tradicionais, evidenciando que essa herança cultural não pertence apenas ao passado, mas permanece viva e ressignificada. Conclui-se que a valorização da cultura indígena é essencial para a construção de um Pernambuco mais plural, diverso e representativo, capaz de reconhecer a pluralidade de povos, saberes e experiências que contribuíram para sua formação histórica e cultural. Reconhecer essa herança significa fortalecer a identidade pernambucana e promover uma memória coletiva mais crítica, inclusiva e respeitosa em relação aos povos indígenas.

Palavras-chave: Cultura Indígena. Identidade Pernambucana. Influência Cultural. Povos Indígenas. Tradições. Patrimônio Cultural. Diversidade Cultural.

ABSTRACT

Indigenous peoples played a fundamental role in the cultural, social, and linguistic formation of Brazil, significantly influencing customs, lifestyles, and the symbolic organization of society. In Pernambuco, this cultural diversity becomes even more evident, since the state was historically populated by different indigenous ethnic groups, whose contributions remain present in the daily lives of the population. In this context, this work aims to analyze the influence of indigenous culture on the formation of Pernambuco's identity, considering its contributions in the social, linguistic, culinary, religious, and symbolic fields. Specifically, it sought to identify the main indigenous ethnic groups present in Pernambuco, investigate the influences of language, cuisine, cultural and religious manifestations of indigenous origin, and discuss the challenges faced by indigenous peoples in contemporary times, especially regarding the appreciation of their culture and the preservation of their historical memory. The research stems from the question of what were the main cultural influences of indigenous peoples on Pernambuco society and how these influences remain present today. The methodology adopted consisted of qualitative research based on a literature review, using books, scientific articles, historical documents, and electronic databases such as SciELO and Google Scholar. The data analysis allowed us to understand that the indigenous influence in Pernambuco manifests itself in various aspects of daily life, such as in place names, regional vocabulary, traditional cuisine, religious practices, and traditional knowledge, demonstrating that this cultural heritage does not belong only to the past but remains alive and reinterpreted. It is concluded that valuing indigenous culture is essential for building a more plural, diverse, and representative Pernambuco, capable of recognizing the plurality of peoples, knowledge, and experiences that contributed to its historical and cultural formation. Recognizing this heritage means strengthening Pernambuco's identity and promoting a more critical, inclusive, and respectful collective memory in relation to indigenous peoples.

Keywords: Indigenous Culture. Pernambuco Identity. Cultural Influence. Indigenous Peoples. Traditions. Cultural Heritage. Cultural Diversity.

RESUMEN

Los pueblos indígenas desempeñaron un papel fundamental en la formación cultural, social y lingüística de Brasil, influyendo significativamente en las costumbres, los estilos de vida y la organización simbólica de la sociedad. En Pernambuco, esta diversidad cultural se hace aún más evidente, ya que el estado estuvo históricamente poblado por diferentes grupos étnicos indígenas, cuyas contribuciones siguen presentes en la vida cotidiana de la población. En este contexto, este trabajo busca analizar la influencia de la cultura indígena en la formación de la identidad pernambuca, considerando sus contribuciones en los ámbitos social, lingüístico, culinario, religioso y simbólico. Específicamente, se buscó identificar los principales grupos étnicos indígenas presentes en Pernambuco, investigar las influencias del idioma, la gastronomía y las manifestaciones culturales y religiosas de origen indígena, y analizar los desafíos que enfrentan los pueblos indígenas en la actualidad, especialmente en lo que respecta a la valoración de su cultura y la preservación de su memoria histórica. La investigación parte de la pregunta de cuáles fueron las principales influencias culturales de los pueblos indígenas en la sociedad pernambuca y cómo estas influencias se mantienen presentes hoy. La metodología adoptada consistió en una investigación cualitativa basada en una revisión bibliográfica, utilizando libros, artículos científicos, documentos históricos y bases de datos electrónicas como SciELO y Google Scholar. El análisis de datos permitió comprender que la influencia indígena en Pernambuco se manifiesta en diversos aspectos de la vida cotidiana, como topónimos, vocabulario regional, gastronomía tradicional, prácticas religiosas y saberes tradicionales, demostrando que este patrimonio cultural no pertenece solo al pasado, sino que permanece vivo y se reinterpreta. Se concluye que valorar la cultura indígena es esencial para construir un Pernambuco más plural, diverso y representativo, capaz de reconocer la pluralidad de pueblos, saberes y experiencias que contribuyeron a su formación histórica y cultural. Reconocer este patrimonio significa fortalecer

la identidad pernambuca y promover una memoria colectiva más crítica, inclusiva y respetuosa en relación con los pueblos indígenas.

Palabras clave: Cultura Indígena. Identidad Pernambuca. Influencia Cultural. Pueblos Indígenas. Tradiciones. Patrimonio Cultural. Diversidad Cultural.

1 INTRODUÇÃO

Os povos indígenas brasileiros constituem uma das maiores riquezas socioculturais do país, considerando-se a diversidade étnica, linguística e cultural existente em seu território. Poucos países no mundo apresentam tamanha pluralidade de povos originários, portadores de histórias, tradições e civilizações milenares. No Brasil, esses povos não apenas antecedem a formação do Estado nacional, mas também desempenharam papel fundamental na construção histórica, social e cultural da sociedade brasileira.

Conforme destaca Baniwa (2022), os povos indígenas são herdeiros de saberes ancestrais e contribuíram de maneira decisiva para a formação da identidade nacional.

No contexto pernambucano, a presença indígena foi e continua sendo essencial para a constituição da identidade cultural do estado. Desde o período pré-colonial, diversas etnias indígenas ocuparam o território que hoje corresponde a Pernambuco, desenvolvendo formas próprias de organização social, sistemas simbólicos, práticas religiosas, modos de subsistência e relações profundas com a natureza. Esses elementos influenciaram diretamente a formação da sociedade local, refletindo-se em aspectos sociais, linguísticos, gastronômicos e religiosos que permanecem presentes no cotidiano da população.

A cultura indígena desempenha, portanto, um papel central na construção da identidade pernambucana. No entanto, essa participação histórica é frequentemente subestimada ou invisibilizada nos discursos oficiais, nos materiais didáticos e nas narrativas históricas tradicionais, que tendem a priorizar uma perspectiva eurocêntrica da colonização. Essa abordagem acaba por relegar os povos indígenas a um papel secundário, ignorando suas contribuições, resistências e permanências culturais. Como afirma Ribeiro (1995), a cultura brasileira, e consequentemente a pernambucana, resulta de um intenso processo de mestiçagem cultural, no qual os povos indígenas exercem papel essencial na constituição de uma identidade rica, diversa e singular.

Mesmo diante dos processos históricos de colonização, expropriação territorial e tentativa de assimilação cultural, as identidades e culturas indígenas mantiveram suas singularidades. Em um mundo cada vez mais globalizado, esses povos continuam expressando valores universais por meio de suas solenidades, festas e rituais, da pintura corporal, da estética das vestimentas, da educação comunitária dos filhos e da concepção sagrada do território, da natureza e do cosmos. Conforme ressalta Baniwa (2022), essas práticas manifestam uma consciência ancestral que envolve dimensões históricas, morais, estéticas, éticas, religiosas e sociais, evidenciando a profundidade e a complexidade das culturas indígenas.

Diante desse contexto, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: quais foram as principais influências culturais dos povos indígenas na sociedade pernambucana e de que forma essas influências permanecem presentes na contemporaneidade? Esse questionamento mostra-

se relevante não apenas para compreender a trajetória histórica do estado, mas também para refletir sobre a valorização da memória indígena e a preservação de suas tradições culturais no século XXI, especialmente em um cenário marcado por desafios como a urbanização acelerada, o preconceito cultural e a invisibilização social dessas populações.

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar a influência da cultura indígena na formação da identidade pernambucana, considerando suas contribuições nos campos social, linguístico, culinário e religioso. Como objetivos específicos, pretende-se identificar as principais tribos indígenas presentes em Pernambuco; investigar a influência da língua, da culinária e das manifestações culturais e religiosas de matriz indígena; bem como discutir os desafios enfrentados pelos povos indígenas na atualidade, especialmente no que se refere à preservação cultural e ao reconhecimento social.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de valorizar e resgatar a memória histórica dos povos indígenas, sobretudo no contexto pernambucano, onde suas contribuições foram amplamente incorporadas à cultura local, embora muitas vezes descaracterizadas, fragmentadas ou descontextualizadas. Discutir essa temática constitui também uma forma de combater narrativas excludentes que, ao longo da história, relegaram os povos indígenas a posições marginais, desconsiderando suas resistências, seus saberes tradicionais e suas práticas culturais, que continuam vivas e presentes no cotidiano da população pernambucana.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica. Foram utilizados livros, artigos científicos, documentos históricos e bases de dados eletrônicas, como SciELO e Google Acadêmico, que possibilitaram a análise crítica das produções acadêmicas relacionadas à temática indígena e à formação da identidade cultural pernambucana. Essa metodologia permitiu compreender a complexidade do tema e evidenciar a permanência da herança indígena na construção social e cultural de Pernambuco.

Dessa forma, este estudo busca contribuir para a ampliação do debate acadêmico acerca da valorização da cultura indígena, reforçando a importância de reconhecer os povos originários como sujeitos históricos fundamentais para a compreensão da identidade pernambucana e brasileira.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A população indígena no Brasil, segundo o levantamento mais recente realizado em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou uma população indígena de 1.652.876 indivíduos e em Pernambuco, vivem 106.634 indígenas de diversas etnias, o que representa 6,29% de todos os indígenas brasileiros. Sendo considerada a quarta maior população do país. Estas etnias, se distribuem pelo Agreste e Sertão, são elas: Fulni-ô (Águas Belas), Xukuru (Pesqueira), Kapinawá (Buíque, Tupanatinga e Ibimirim), Atikum-Umã (Carnaubeira da Penha), Truká (Cabrobó), Kambiwá

(Ibimirim, Inajá e Floresta), Pankararu (Tacaratu e Petrolândia), Pipipã (Floresta) e Tuxá (Inajá), entre outros (IBGE, 2022). O município de Pesqueira - PE, abriga 9 mil e 300 índios é a sétima maior população indígena do país (Radio ALEPE, 2016).

Os hábitos culturais dos índios no nordeste brasileiro desempenham um papel fundamental na preservação da identidade étnica e cultural. Ao longo dos séculos essas comunidades desenvolveram uma variedade de rituais que deixam em evidência suas crenças, tradições e relações com a natureza (Oliveira, 2021). O sertão dos estados de Alagoas, Pernambuco, Bahia e Sergipe se destaca como importante território onde os rituais são celebrados até hoje. Nestas regiões, diversas etnias indígenas mantêm vivas suas tradições ancestrais, transmitindo os conhecimentos e rituais que fazem parte de sua identidade cultural (Oliveira, 2022). Ao compreender a cultura como um elemento central na construção da identidade indígena, pode-se então reconhecer a importância de preservar esses rituais como expressões autênticas da diversidade cultural e como bases fundamentais para a manutenção da identidade étnica desses povos (Gueiros, 2021).

A cultura indígena exerceu um papel fundamental na formação da identidade pernambucana, sendo extenso em diversos aspectos da vida social, desde a língua e a culinária, até as práticas culturais e religiosas. No entanto, essa influência, embora marcante, ainda não é confirmada e valorizada, permanecendo invisibilizada por narrativas históricas tradicionais que priorizam a colonização europeia.

A fundamentação teórica sobre cultura e identidade evidencia que esses conceitos não são estáticos, mas construções sociais que se transformam ao longo do tempo. No contexto indígena, a cultura deve ser compreendida como um sistema vivo de saberes, práticas e valores que se articulam à memória coletiva e à relação com o território. A identidade indígena, por sua vez, é continuamente reafirmada por meio da oralidade, dos rituais, da língua e das práticas comunitárias, mesmo diante dos processos históricos de dominação e exclusão.

Autores da área da Antropologia e da História Cultural apontam que a tentativa de homogeneização cultural promovida pelo colonialismo não foi capaz de eliminar completamente as identidades indígenas. Pelo contrário, esses povos desenvolveram estratégias de resistência que possibilitaram a preservação de elementos centrais de sua cultura. Essas estratégias incluem a adaptação de práticas tradicionais, a incorporação seletiva de elementos externos e a transmissão intergeracional dos saberes ancestrais.

No caso de Pernambuco, a resistência cultural indígena manifesta-se tanto nas comunidades originárias quanto no cotidiano da população em geral. Elementos como a alimentação, a linguagem e as manifestações simbólicas demonstram que a cultura indígena foi incorporada à identidade regional de maneira profunda. Essa incorporação, contudo, não deve ser confundida com assimilação completa,

pois os povos indígenas mantêm identidades próprias e continuam lutando pelo reconhecimento de seus direitos culturais e territoriais.

A compreensão da cultura indígena como parte integrante da identidade pernambucana exige uma revisão crítica das narrativas históricas tradicionais. Essa revisão possibilita reconhecer os povos indígenas como sujeitos históricos ativos, rompendo com visões estereotipadas que os associam apenas ao passado. Dessa forma, a fundamentação teórica reforça a necessidade de uma abordagem intercultural, que valorize a diversidade e reconheça as múltiplas matrizes que compõem a sociedade pernambucana.

2.1 A INFLUÊNCIA INDÍGENA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PERNAMBUCANA

A identidade cultural de Pernambuco é resultado de um intenso processo de interação e fusão cultural entre povos indígenas, colonizadores europeus e africanos escravizados. Esse processo de mestiçagem cultural, característico do Brasil, foi descrito por Ribeiro (1995) como uma "transfiguração étnica", em que culturas distintas se fundiram para criar novas expressões culturais singulares.

> A identidade é resultado de uma construção social que está sujeita a mudanças. Em um contexto marcado pela necessidade de afirmação identitária, os fatores sociais, considerando sua história e cultura, agem de acordo com os interesses sociais e simbólicos do momento. A memória, como parte dessa realidade e através do exercício de rememoração, é um dos mecanismos acionados. (Lima, 2009, p. 237).

No contexto pernambucano, os povos indígenas que habitavam a região antes da chegada dos colonizadores como os Tupinambás, Caetés, Tabajaras e Xucurus deixaram marcas profundas em costumes, hábitos alimentares, vocabulário, religiosidade e relação com o meio ambiente.

Um dos legados mais visíveis da presença indígena é a toponímia pernambucana, repleta de nomes de origem tupi-guarani, como Igarassu, Itamaracá, Jaboatão e Caruaru. Para Cascudo (2004), a presença da língua indígena no cotidiano brasileiro é uma prova viva da força dessa herança cultural, especialmente em termos ligados à fauna, flora, armas e alimentação. Palavras como abacaxi, tapioca, mandioca, pitanga e caju são exemplos de termos indígenas integrados à língua portuguesa e utilizados até hoje.

Na gastronomia pernambucana, essa influência é ainda mais evidente. Os índios, devido a milhares de anos de conhecimento na floresta, descobriram uma diversidade de alimentos, como a mandioca (e suas variedades, a tapioca, o beiju, a farinha, o mingau e o pirão), o guaraná e o caju. Desenvolveram o cultivo de espécies como o feijão, milho, abóbora, batata-doce, cará, tomate, abacaxi, mamão, amendoim, erva-mate, tabaco, guaraná entre outros. Os conhecimentos culinários dos povos indígenas estão presentes na vida dos brasileiros até os dias atuais (Baniwa, 2020). Conforme destaca Cascudo (2004), pratos típicos como pamonha e canjica também têm suas origens diretamente ligadas

aos índios, e assim como a mandioca, sobreviveram até os dias atuais. Esses alimentos, além de nutrirem os corpos, carregam saberes ancestrais transmitidos de geração em geração, constituindo um patrimônio imaterial de grande valor cultural.

Com relação a influência da língua, ao longo do século XX, acreditava-se que os povos indígenas da região já não falariam mais suas línguas originárias, com excessão da tribo Fulni-ô de Pernambuco que mantêm o uso cotidiano do Yaathe.

Contudo, as últimas décadas têm vindo desafiar essa asserção, devido a reelaboração do idioma Patxohã entre os Pataxó do sul da Bahia (Bomfim; César, 2014).

Em Pernambuco, os Fulni-ô são parte dos únicos povos indígenas que conseguiram preservar o idioma nativo, conhecido como a língua yatê (ou ia-tê). Os Fulni-ôs seguem mantendo o uso cotidiano do yatê na região nordeste, sendo a primeira língua de grande parte do povo (Silva, 2016). Já os Xukuru têm trabalhado com o Brobó. Vale notar que o Brobó tem sido fortalecido não apenas em aldeias e terras indígenas, mas também em contexto urbano, inclusive compondo novas dinâmicas étnico-políticas (Santos et al., 2021, p. 634). Atualmente todos os índios em Águas Belas falam português, em Ia-tê geralmente quem se comunica são os adultos e idosos. Os mais jovens e as crianças usam com mais freqüência o português. Apesar de que o Ia-tê pode estar sendo um pouco esquecido diante do português (Díaz, 1998). O Fulni-ô tem trabalhado bastante para fortalecer e valorizar sua língua para manter viva a sua cultura e identidade.

Além da língua e da culinária, a relação com a natureza, outra característica marcante da cosmovisão indígena, também foi incorporada, mesmo que parcialmente, às práticas culturais da população pernambucana. Estudos como os de Ribeiro (1995) ressaltam que o conhecimento indígena sobre o uso medicinal das plantas e a compreensão integrada do ambiente influenciaram não apenas a forma como os primeiros colonos lidavam com o território, mas também os saberes populares sobre cura e espiritualidade. Segundo Apurinã (2020), os povos indígenas apresentam cultura, língua e crenças próprias, sendo assim, a preservação e prática da língua nativa, rituais culturais e crenças espirituais são elementos que distinguem os povos indígenas, estes são pilares fundamentais que sustentam a coesão interna e a identidade cultural.

2.2 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E FESTIVIDADES DE ORIGEM INDÍGENA

Os indígenas concentram-se em ritos que moldam seus caminhos. Esses rituais, transcendem a mera execução de ações cerimoniais, eles constituem as bases que delineiam a vida de um indígena e estabelecem a hierarquia que o posiciona dentro de sua comunidade (Leal et al., 2021). As práticas tradicionais e rituais desempenham um papel central na identidade indígena, cerimônias, festivais

e rituais, conectam as comunidades aos seus ancestrais, fortalecendo os laços culturais e espirituais que definem sua identidade. É perceptível ainda que a música e a dança entre os índios são

expressões artísticas que não apenas contam histórias, mas celebram a diversidade cultural, proporcionando uma expressão tangível da identidade indígena (Guerreiro, 2015).

Esses rituais indígenas não são cerimônias formais, eles incorporam aspectos fundamentais da vida cotidiana, como a busca por cura do corpo, a proteção contra maus espíritos e a busca pela ordem e movimento na comunidade. Cada rito desempenha um papel único na conexão entre os indivíduos, a natureza e o sobrenatural, reforçando vínculos com a tradição, a espiritualidade e o ciclo natural (Andrade Júnior; Barcellos, 2023). No estudo das expressões e práticas culturais dos povos indígenas, percebe-se que somos imersos em um universo rico e diversificado, onde cada comunidade apresenta seus próprios ritos e cerimônias que dão ênfase as suas próprias tradições ancestrais e sua relação única com o ambiente natural (Melo, 2021).

Os rituais indígenas mais comuns em Pernambuco são: o Toré, a Jurema sagrada, o Ouricuri e o Praiá. O Toré é um dos rituais mais conhecidos, ele não é apenas um momento de reunião e celebração festiva entre os índios, representa também a continuidade de rituais ancestrais, reafirmando a identidade e os direitos territoriais dos povos indígenas. Implica na comunhão das comunidades indígenas, servindo como uma expressão vívida de sua identidade e cultura únicas (Melo, 2021). A Jurema sagrada é praticado pelas comunidades indígenas, é um ponto importante da identidade cultural. Jurema é uma bebida usada nos rituais, como no Toré, fundamental para os povos indígenas em Pernambuco e no Nordeste, é elaborada a partir das cascas do caule ou das raízes da juremeira, conhecida como "da Jurema" pelos próprios indígenas (Silva; Souza; Rufino, 2018). A "mesa da Jurema", é também conhecida como "Particular", é uma prática central na religião do povo Truká, onde são transmitidos e celebrados conhecimentos ancestr reservados exclusivamente para os membros da comunidade Truká. Durante esse ritual, os participantes se reúnem em torno de uma mesa sagrada, onde são compartilhados e revelados ensinamentos transmitidos pelos antepassados ao longo das gerações (Silva, 2024). O Ouricuri é semelhante a um retiro religioso, realizado tanto individualmente, quanto coletivamente por diversas etnias indígenas na região. A duração do ritual varia entre os grupos, é sempre realizado em áreas de mata,

longe do alcance dos não-índios, localizadas no interior das terras indígenas (Melo, 2021). Além desses, tem-se também os Praiás que é uma vestimenta que cobre todo o corpo, dá cabeça aos os pés, feita com fibra de caroá, está associada a práticas culturais e rituais específicos, como a "Dança do Praiá", que é uma manifestação dos "Encantados" dentro das comunidades indígenas Pankararu. Esses grupos indígenas residem no sertão, entre as fronteiras de Pernambuco, Alagoas e Bahia. O Praiá tem uma importante representação para os povos indígenas, sendo o seu mestre-guia, fazendo parte de praticamente todos os processos de tomada de decisões dos indígenas (Silva, 2019).

As manifestações culturais de Pernambuco também refletem a presença indígena, seja em suas formas originais preservadas por comunidades tradicionais, seja em fusões culturais que resultaram

em expressões híbridas. O Toré um exemplo emblemático, dança ritual praticada por diversas etnias indígenas, como os Xucurus, e que permanece como símbolo de resistência cultural e espiritual. De acordo com Oliveira (2010), o Toré é mais que uma dança, é um ato político e espiritual, que fortalece laços comunitários e reafirma identidades étnicas frente às constantes tentativas de desligamento cultural.

Outro reflexo dessa herança é oferecido em festas populares que, embora frequentemente associadas à cultura afro-brasileira ou europeia, trazem elementos indígenas ressignificados. O Maracatu, por exemplo, apresenta influências de ritos indígenas, especialmente na musicalidade e na corporeidade de suas performances (Oliveira, 2010). Esse sincretismo cultural, que combina elementos africanos, indígenas e europeus, é uma marca distintiva da cultura pernambucana, demonstrando como a presença indígena segue pulsante, mesmo em contextos de intensa mestiçagem. Além disso, práticas religiosas de matriz indígena, como o culto às forças da natureza e a realização de ritos sazonais ligados ao ciclo agrícola, foram absorvidas e reinterpretadas pelos cultos populares, como os de santos católicos associados à fertilidade da terra. Essa fusão entre sagrado e natureza, típica das cosmologias indígenas, permeia as festividades rurais pernambucanas, evidenciando uma profunda simbiose cultural presente na identidade local (Cascudo, 2004).

2.3 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E A PRESERVAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA

Os povos indígenas de Pernambuco enfrentam inúmeros desafios, como a falta de demarcação de suas terras, a violência, a discriminação por parte de grupos poderosos, a educação e a falta de acesso a serviços básicos de saúde. Contudo, muitos grupos indígenas ainda resistem por seus direitos, mantendo suas tradições e modos de vida ancestrais (Mota, 2023). Desafios como o desmatamento, mudanças climáticas, cobiça pelo ouro, expansão de projetos agropecuários e industriais, seus direitos, o respeito e a valorização de suas línguas, o reconhecimento de sua cultura, sua ancestralidade, ainda são bem recorrentes. O índios pelejam para manter suas terras e seus modos de vida tradicionais. O alerta do povo indígena aos perigos iminentes com a exploração excessiva da terra, da floresta, são bem costumeiros (Silva; Barbosa, 2024).

Essas questões muitas vezes refletem as tensões entre preservação ambiental, desenvolvimento econômico e respeito aos direitos humanos dos povos indígenas, bem como a sua importância para o país, como consta no Art. 24 da Constituição Federal:

> As terras indígenas são áreas fundamentais para a reprodução física e cultural dos povos indígenas, com a manutenção de seus modos devida tradicionais, saberes e expressões culturais únicos, enriquecendo opatrimônio cultural brasileiro (Art. 24, inciso VII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

A proteção dos territórios e recursos naturais indígenas, representa uma contribuição significativa para a preservação da biodiversidade global e o enfrentamento das mudanças climáticas, não sendo apenas uma questão de justiça. Apesar da riqueza desse legado, as culturas indígenas enfrentam diversos obstáculos para sua preservação e valorização. O processo de invisibilização histórica denunciado por Silva (2018), é reforçado pela ausência de conteúdos consistentes sobre os povos indígenas nos currículos escolares, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e para o desconhecimento da importância histórica e cultural dessas comunidades. Além disso, Souza (2020) alerta que, mesmo nas políticas culturais e turísticas, uma cultura indígena relatada é centralizada ou protagonizada, sendo frequentemente tratada de forma folclorizada e descontextualizada, como mera atração exótica. Esse tipo de abordagem desrespeita a complexidade e a contemporaneidade das culturas indígenas, que não pertence apenas ao passado, mas são dinâmicas e vivas, em constante diálogo com a modernidade.

A preservação desse patrimônio exige políticas públicas consistentes, que vão desde a valorização da memória histórica indígena nos currículos escolares até o fortalecimento de espaços culturais e educativos geridos pelas próprias comunidades indígenas. Para Souza (2020), investir na educação intercultural e ampliar a representatividade indígena nos meios de comunicação e na produção cultural é fundamental para a construção de uma memória coletiva mais justa e plural.

2.4 O APAGAMENTO HISTÓRICO E A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA SELECIONADA

Um aspecto fundamental para compreender a invisibilidade da cultura indígena em Pernambuco é o processo de apagamento histórico promovido ao longo dos séculos. Desde os primeiros contatos com os colonizadores europeus, os povos indígenas foram retratados sob a ótica da alteridade negativa, sendo descritos como bárbaros, selvagens ou atrasados. Esse tipo de representação, conforme analisam Silva e Gomes (2017), foi amplamente divulgado por meio de documentos oficiais, crônicas coloniais e, posteriormente, em livros didáticos e na historiografia tradicional. Em Pernambuco, esse processo de silenciamento ganhou ainda mais força com a ênfase histórica dada à figura do colonizador luso-brasileiro e à narrativa da luta contra os holandeses, deixando em segundo plano uma complexa rede de alianças, conflitos e trocas culturais que envolveram as populações indígenas.

De acordo com Prado (2012), o ensino de história nas escolas pernambucanas ainda reproduz uma visão eurocêntrica da colonização, apresentando os indígenas apenas como obstáculos à expansão territorial, sem considerar seu papel ativo na resistência, adaptação e reelaboração cultural. Esse apagamento sistemático não se restringe ao campo educacional, mas também se reflete na ausência de representatividade indígena em monumentos, nomes de ruas, museus e espaços de memória pública.

Estudos de Almeida (2019) apontam que, em Pernambuco, a memória histórica oficial privilegia figuras coloniais e heróis militares, relegando os indígenas a uma posição de personagens secundários ou desaparecidos. Isso contribui para a construção de uma memória seletiva, que prejudica o reconhecimento da contribuição indígena para a formação cultural, social e econômica da região. Além disso, o apagamento histórico reforça a ideia equivocada de que uma cultura indígena é algo do passado, desconsiderando a existência e a luta atual das comunidades indígenas em Pernambuco, como os Xucuru do Ororubá, os Tuxá e os Truká.

Segundo Oliveira (2015), essa visão congelada do indígena como figura "pré- histórica" impede que uma sociedade reconheça os indígenas contemporâneos como sujeitos históricos ativos, que continuam produzindo cultura, reivindicando direitos e adaptando suas tradições aos novos contextos. Portanto, enfrentar esse apagamento histórico exige revisitar criticamente as narrativas oficiais, promovendo uma historiografia plural e de colonial, que reconheça o papel central dos povos indígenas na construção da sociedade pernambucana. Como defendem Gomes e Santos (2020), é fundamental que a memória indígena seja incorporada aos espaços de ensino, cultura e patrimônio, não como uma concessão simbólica, mas como um direito à memória e à verdade histórica.

Esse resgate da memória indígena, associado ao fortalecimento de suas identidades culturais contemporâneas, é um passo essencial para promover uma sociedade mais justa e consciente de sua formação histórica plural, onde as vozes indígenas não sejam mais silenciadas, mas sim reconhecidas como parte constitutiva da identidade pernambucana.

2.5 IDENTIDADE CULTURAL, MEMÓRIA E PERTENCIMENTO

A identidade cultural é um conceito fundamental para compreender os processos de formação social e histórica de um povo. Trata-se de uma construção coletiva, dinâmica e histórica, que se constitui a partir das experiências, memórias, valores, crenças e práticas compartilhadas por um grupo social ao longo do tempo. No caso dos povos indígenas, a identidade cultural está profundamente relacionada à ancestralidade, ao território, à língua, aos rituais e à relação simbólica com a natureza.

Segundo Hall (2006), a identidade não é algo fixo ou imutável, mas um processo contínuo de construção e reconstrução, influenciado pelas relações sociais, políticas e culturais. Para os povos indígenas de Pernambuco, essa identidade foi constantemente ameaçada pelos processos de colonização, catequização e políticas assimilacionistas, que buscaram apagar ou minimizar suas especificidades culturais. Ainda assim, essas populações desenvolveram estratégias de resistência, preservando elementos essenciais de sua cultura e reafirmando seu pertencimento étnico.

A memória coletiva desempenha um papel central nesse processo de manutenção identitária. Conforme destaca Lima (2009), a memória é um instrumento fundamental de resistência cultural, pois permite que os povos indígenas transmitam seus saberes, histórias e valores de geração em geração,

mesmo diante de contextos de opressão. Essa transmissão ocorre, sobretudo, por meio da oralidade, dos rituais, das festividades e das práticas cotidianas, que reforçam o sentimento de pertencimento comunitário.

No contexto pernambucano, a memória indígena está presente não apenas nas comunidades originárias, mas também na cultura popular mais ampla. Elementos da culinária, da linguagem, das festividades e da religiosidade demonstram como a herança indígena foi incorporada ao cotidiano da população, ainda que muitas vezes de forma invisibilizada. Reconhecer essa memória é fundamental para compreender a identidade cultural de Pernambuco como plural e diversa.

Dessa forma, a identidade indígena não deve ser entendida como algo restrito ao passado, mas como uma realidade viva e contemporânea. Os povos indígenas continuam produzindo cultura, ressignificando tradições e reafirmando seu lugar na sociedade, contribuindo de maneira significativa para a construção da identidade pernambucana.

2.6 SINCRETISMO CULTURAL NA FORMAÇÃO PERNAMBUCANA

A formação cultural de Pernambuco é marcada por um intenso processo de sincretismo, resultante da interação entre povos indígenas, africanos e europeus. Esse encontro de culturas distintas produziu práticas sociais, religiosas e simbólicas que constituem a base da identidade pernambucana. No entanto, dentro desse processo, a contribuição indígena foi historicamente subvalorizada, apesar de sua importância estrutural.

O sincretismo cultural ocorre quando diferentes tradições entram em contato e passam a compartilhar elementos, criando novas formas culturais. No caso pernambucano, práticas religiosas, festividades populares, expressões linguísticas e hábitos alimentares revelam a fusão entre saberes indígenas e influências externas. Segundo Freyre (2003), essa miscigenação cultural não foi harmoniosa, mas marcada por conflitos e relações desiguais de poder.

As festividades populares, como o maracatu e outras manifestações culturais do estado, incorporam elementos indígenas em sua musicalidade, corporalidade e simbolismo. Da mesma forma, práticas religiosas populares apresentam traços da espiritualidade indígena, como o culto à natureza, o uso de ervas medicinais e a valorização dos ciclos naturais.

Esse sincretismo demonstra que a cultura indígena não foi eliminada, mas transformada e ressignificada ao longo do tempo. Reconhecer essas influências é essencial para compreender a identidade pernambucana em sua complexidade, valorizando todas as matrizes culturais que contribuíram para sua formação.

2.7 A CULTURA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA EM PERNAMBUCO

A inserção da cultura indígena no ensino de História constitui um elemento fundamental para a compreensão da formação social, cultural e identitária do estado de Pernambuco. Durante muito tempo, os povos indígenas foram retratados nos livros didáticos e nas práticas pedagógicas de forma superficial, estereotipada ou restrita ao período da colonização, o que contribuiu para a construção de uma visão distorcida sobre esses grupos. Tal abordagem reducionista reforçou a ideia equivocada de que os indígenas pertencem apenas ao passado, invisibilizando sua presença ativa e contínua na sociedade contemporânea pernambucana.

A promulgação da Lei nº 11.645/2008 representou um avanço significativo ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura indígena nos currículos da educação básica. Essa legislação reconhece a importância dos povos originários na formação do Brasil e busca promover uma educação mais plural, crítica e inclusiva. No entanto, apesar de sua relevância legal, a efetivação dessa lei ainda enfrenta diversos desafios no cotidiano escolar, especialmente no que diz respeito à formação docente, à disponibilidade de materiais didáticos adequados e à superação de preconceitos historicamente construídos.

Em Pernambuco, estado marcado pela diversidade étnica e cultural, o ensino da cultura indígena assume um papel ainda mais relevante, considerando a presença de povos como os Xukuru do Ororubá, Fulni-ô, Pankará, Truká, entre outros. A abordagem desses povos no contexto escolar possibilita que os estudantes compreendam a história local a partir de múltiplas perspectivas, valorizando saberes tradicionais, práticas culturais e formas próprias de organização social que contribuíram e continuam contribuindo para a construção da identidade pernambucana.

Entretanto, muitos professores relatam dificuldades em trabalhar a temática indígena de maneira aprofundada e contextualizada. A carência de formação específica sobre história indígena, aliada à predominância de materiais didáticos que ainda reproduzem narrativas eurocêntricas, limita o potencial transformador do ensino. Como consequência, o conteúdo indígena, quando abordado, muitas vezes se restringe a datas comemorativas ou a representações folclorizadas, esvaziando seu significado histórico e cultural.

Nesse sentido, o ensino de História deve assumir o compromisso de promover uma abordagem crítica e reflexiva sobre a presença indígena em Pernambuco, rompendo com estigmas e valorizando o protagonismo desses povos. Trabalhar a cultura indígena em sala de aula significa reconhecer os indígenas como sujeitos históricos, portadores de saberes, memórias e práticas que resistiram ao longo dos séculos, mesmo diante de processos de violência, expropriação territorial e tentativa de apagamento cultural.

Além disso, a valorização da cultura indígena no ambiente escolar contribui diretamente para o combate ao preconceito e à discriminação, promovendo o respeito à diversidade cultural. Ao

conhecer a história e as contribuições dos povos indígenas, os estudantes desenvolvem uma consciência histórica mais ampla, compreendendo que a sociedade pernambucana é resultado de múltiplas influências culturais, e não de uma narrativa única e homogênea.

Portanto, fortalecer o ensino da cultura indígena em Pernambuco não se limita ao cumprimento de uma exigência legal, mas representa um passo essencial para a construção de uma educação comprometida com a justiça social, o reconhecimento da diversidade e a valorização das identidades culturais que compõem o estado. Ao inserir de forma consistente e crítica a temática indígena no ensino de História, a escola torna-se um espaço de diálogo intercultural, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e respeitosos em relação à pluralidade cultural da sociedade brasileira.

2.8 EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE INDÍGENA

A educação intercultural surge como uma proposta pedagógica fundamental para o reconhecimento, valorização e respeito à diversidade cultural presente na sociedade brasileira, especialmente no que se refere aos povos indígenas. No contexto pernambucano, essa abordagem assume papel central ao possibilitar a construção de práticas educativas que rompem com modelos homogêneos e eurocentrados de ensino, promovendo o diálogo entre diferentes saberes, culturas e formas de compreender o mundo. A educação intercultural não se limita à inclusão pontual de conteúdos indígenas no currículo escolar, mas propõe uma mudança estrutural na forma como o conhecimento é produzido, transmitido e valorizado no ambiente educacional.

Nesse sentido, a escola torna-se um espaço estratégico para a desconstrução de estereótipos historicamente associados aos povos indígenas, frequentemente retratados como figuras do passado ou como grupos homogêneos e imutáveis. Ao adotar uma perspectiva intercultural, o ensino de História contribui para apresentar os povos indígenas como sujeitos históricos ativos, que resistem, se transformam e participam continuamente da construção da sociedade pernambucana. Essa abordagem possibilita que estudantes reconheçam a presença indígena no cotidiano, compreendendo suas contribuições culturais, sociais e simbólicas de maneira crítica e contextualizada.

A valorização da identidade indígena por meio da educação também está diretamente relacionada ao fortalecimento da cidadania e ao respeito aos direitos culturais desses povos. Quando a escola reconhece os saberes tradicionais indígenas — como os conhecimentos sobre a natureza, a espiritualidade, a organização social e a oralidade — ela amplia o conceito de conhecimento válido, rompendo com a hierarquização entre saber científico e saber tradicional. Essa valorização contribui para o fortalecimento da autoestima das comunidades indígenas e para o reconhecimento social de sua importância histórica e cultural.

Em Pernambuco, a educação intercultural apresenta-se como uma ferramenta essencial para aproximar a população não indígena da realidade contemporânea dos povos originários do estado, como os Xukuru, Pankararu, Truká, Fulni-ô e Jiripankó. Ao inserir essas discussões no ambiente escolar, cria-se a possibilidade de promover o respeito à diversidade cultural e combater práticas discriminatórias ainda presentes na sociedade. A escola, nesse contexto, atua como mediadora entre diferentes culturas, promovendo o diálogo e a construção de uma memória coletiva mais inclusiva e plural.

Além disso, a educação intercultural contribui para a preservação da cultura indígena ao estimular o interesse pela história local e regional, valorizando manifestações culturais, línguas, rituais e tradições que compõem a identidade pernambucana. O ensino comprometido com essa perspectiva favorece a formação de cidadãos críticos, capazes de reconhecer as desigualdades históricas e sociais enfrentadas pelos povos indígenas e de refletir sobre a importância da justiça social e do respeito às diferenças culturais.

Dessa forma, compreender a educação intercultural como prática pedagógica é reconhecer que o ensino da cultura indígena vai além do cumprimento de uma exigência legal, constituindo-se como um compromisso ético e social. Ao promover o reconhecimento da diversidade cultural e a valorização da identidade indígena, a escola contribui para a construção de uma sociedade mais democrática, plural e consciente de suas origens históricas. No contexto pernambucano, essa perspectiva fortalece a compreensão da cultura indígena como parte viva e essencial da identidade do estado, reafirmando seu papel no presente e no futuro da sociedade.

3 A PRESENÇA INDÍGENA NO PERNAMBUCO: ASPECTOS HISTÓRICOS

A história de Pernambuco está profundamente ligada à presença e à resistência dos povos indígenas que habitavam o território muito antes da chegada dos colonizadores europeus. Esses povos possuíam formas próprias de organização social, sistemas de crenças, línguas, práticas econômicas e relações simbólicas com a natureza, compondo uma rica diversidade cultural que foi profundamente impactada pelo processo de colonização.

Antes do contato com os europeus, o território pernambucano era habitado por diversas etnias indígenas, entre elas os Caetés, Tabajaras, Tupinambás, Xucurus e outros grupos que se distribuíam pelo litoral, agreste e sertão. Essas populações viviam da caça, da pesca, da coleta e da agricultura, destacando-se o cultivo da mandioca, do milho e do feijão, além do conhecimento profundo do ambiente natural. Segundo Ribeiro (1995), os povos indígenas brasileiros desenvolveram sistemas sociais complexos e adaptados aos diferentes biomas, contrariando a visão eurocêntrica que os classificava como sociedades “primitivas”.

3.1 POVOS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO ANTES DA COLONIZAÇÃO

No período pré-colonial, os povos indígenas de Pernambuco mantinham relações sociais baseadas na coletividade, no parentesco e na transmissão oral dos conhecimentos. A organização política dessas sociedades variava conforme a etnia, mas geralmente se estruturava em torno de lideranças reconhecidas pela experiência, sabedoria e capacidade de mediação dos conflitos internos. A espiritualidade estava intimamente ligada à natureza, sendo os elementos naturais considerados sagrados e dotados de significado simbólico.

Os Caetés, por exemplo, habitavam a região do litoral pernambucano e tiveram papel marcante nos primeiros contatos com os portugueses. Já os Xucurus, localizados principalmente na região do Agreste, desenvolveram práticas culturais e religiosas que permanecem vivas até os dias atuais. Essas sociedades indígenas possuíam sistemas próprios de educação, baseados na observação, na convivência comunitária e na participação em rituais, garantindo a continuidade de seus valores culturais.

Além da organização social e espiritual, os povos indígenas que habitavam Pernambuco antes da colonização possuíam profundo conhecimento técnico e ambiental, desenvolvido ao longo de séculos de convivência com os diferentes ecossistemas da região. Esse conhecimento incluía técnicas agrícolas adaptadas ao clima semiárido e ao litoral, estratégias de manejo sustentável dos recursos naturais e um saber medicinal baseado no uso de plantas nativas. De acordo com Ribeiro (1995), esses saberes não apenas garantiam a subsistência das comunidades indígenas, como também influenciaram diretamente a sobrevivência dos primeiros colonizadores europeus.

A relação dos povos indígenas com o território não se restringia ao aspecto econômico, mas possuía forte dimensão simbólica e espiritual. A terra era compreendida como um espaço sagrado, herdado dos ancestrais e transmitido às gerações futuras, o que reforçava o sentimento de pertencimento coletivo. Essa concepção contrastava profundamente com a lógica europeia de apropriação privada da terra, gerando conflitos desde os primeiros momentos do contato colonial.

Nesse contexto, compreender os povos indígenas pré-coloniais como sociedades organizadas e dotadas de sistemas próprios de conhecimento é fundamental para romper com estereótipos historicamente construídos. Essa perspectiva contribui para uma leitura mais justa da história pernambucana, reconhecendo o protagonismo indígena na ocupação e no desenvolvimento inicial do território.

3.2 CONTATO COM OS COLONIZADORES E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA

A chegada dos portugueses ao território pernambucano, no século XVI, representou uma ruptura profunda na vida dos povos indígenas. O contato inicial foi marcado por conflitos, alianças estratégicas e relações de exploração. A disputa pelo território, a imposição do trabalho forçado e a

disseminação de doenças europeias provocaram a dizimação de milhares de indígenas, alterando drasticamente a configuração demográfica da região.

Apesar da violência do processo colonial, os povos indígenas não foram agentes passivos. Muitos grupos organizaram formas de resistência armada, fugas para o interior e alianças com outros povos indígenas ou até com colonizadores rivais. Segundo Almeida (2010), a resistência indígena foi fundamental para a sobrevivência de diversas etnias, mesmo diante da intensa repressão colonial. Em Pernambuco, os conflitos envolvendo os Caetés e os portugueses são exemplos emblemáticos dessas tensões.

Os conflitos entre indígenas e colonizadores em Pernambuco não se limitaram aos confrontos armados, mas também se manifestaram de forma simbólica e cultural. A imposição da língua portuguesa, da religião católica e de novos padrões de trabalho representou uma tentativa sistemática de dominação cultural. No entanto, os povos indígenas responderam a essas imposições por meio da adaptação estratégica, preservando elementos de sua cultura sob novas formas.

Segundo Almeida (2010), muitos grupos indígenas adotaram práticas híbridas como forma de sobrevivência, incorporando certos aspectos da cultura europeia sem abandonar completamente suas tradições. Essa resistência silenciosa permitiu a continuidade de rituais, crenças e valores ancestrais, ainda que de maneira menos visível. Em Pernambuco, esse processo contribuiu para a formação de uma cultura marcada pelo sincretismo e pela diversidade.

Além disso, a resistência indígena também se expressou por meio da mobilidade territorial, com deslocamentos forçados ou voluntários para regiões mais afastadas do litoral, como o Agreste e o Sertão. Esses movimentos possibilitaram a preservação de práticas culturais e garantiram a sobrevivência física e simbólica de diversos povos indígenas.

3.3 ALDEAMENTOS, CATEQUIZAÇÃO E POLÍTICAS INDIGENISTAS

Com o avanço da colonização, a Coroa portuguesa adotou políticas de aldeamento e catequização como forma de controlar e assimilar as populações indígenas. Os aldeamentos reuniam diferentes etnias em espaços delimitados, sob a supervisão de missionários religiosos, especialmente jesuítas. O objetivo era converter os indígenas ao cristianismo, ensinar a língua portuguesa e moldar seus costumes de acordo com os padrões europeus.

Essas políticas provocaram profundas transformações culturais, resultando na perda de territórios, no enfraquecimento das línguas indígenas e na descaracterização de práticas tradicionais. No entanto, como destaca Oliveira (2010), mesmo dentro dos aldeamentos, os indígenas desenvolveram estratégias de resistência cultural, preservando rituais, crenças e formas próprias de organização social.

Os aldeamentos, embora apresentados pelos colonizadores como espaços de “proteção” e “civilização”, funcionaram como instrumentos de controle social e cultural. Ao reunir diferentes etnias em um mesmo espaço, essas políticas desconsideraram as especificidades culturais e linguísticas dos povos indígenas, provocando conflitos internos e o enfraquecimento das identidades étnicas.

A catequização, por sua vez, buscava substituir as cosmologias indígenas pela doutrina cristã, deslegitimando as crenças tradicionais e os líderes espirituais das comunidades. Apesar disso, muitos rituais indígenas foram ressignificados e incorporados às práticas religiosas populares, permitindo sua continuidade de forma velada. Oliveira (2010) destaca que esse processo de adaptação cultural foi essencial para a preservação da identidade indígena em contextos de intensa repressão.

Essas políticas indigenistas deixaram marcas profundas que ainda influenciam a realidade atual dos povos indígenas em Pernambuco, especialmente no que se refere à perda territorial e à marginalização social. No entanto, também revelam a capacidade de resistência e reinvenção cultural dessas comunidades.

3.4 CONSEQUÊNCIAS HISTÓRICAS PARA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

As consequências do processo colonial ainda se refletem na realidade dos povos indígenas de Pernambuco. A expropriação de terras, o apagamento cultural e a marginalização social contribuíram para a invisibilização dessas populações na história oficial. No entanto, ao longo do século XX e início do século XXI, os povos indígenas passaram a se organizar politicamente, reivindicando seus direitos territoriais, culturais e sociais.

Atualmente, grupos como os Xucuru do Ororubá, os Truká, os Pankararu e os Fulni-ô continuam lutando pela preservação de suas culturas e pelo reconhecimento de suas identidades. Essa trajetória histórica evidencia que a presença indígena em Pernambuco não pertence apenas ao passado, mas constitui uma realidade viva, marcada pela resistência, pela resiliência e pela contínua construção de sua identidade cultural.

As consequências históricas da colonização não se limitam ao passado, mas continuam a afetar diretamente as populações indígenas contemporâneas. A exclusão social, o preconceito e a invisibilização cultural são reflexos de um processo histórico marcado pela negação de direitos e pela marginalização dos povos originários. Em Pernambuco, essa realidade se manifesta na dificuldade de acesso a políticas públicas, na fragilidade da demarcação territorial e na constante ameaça às terras indígenas.

Entretanto, nas últimas décadas, observa-se um fortalecimento do movimento indígena, com maior articulação política e social. As comunidades indígenas passaram a reivindicar não apenas seus territórios, mas também o reconhecimento de suas identidades culturais, línguas e tradições. Esse

movimento tem contribuído para a revisão das narrativas históricas e para a valorização da presença indígena na formação da identidade pernambucana.

Dessa forma, o estudo da presença indígena em Pernambuco exige uma abordagem que reconheça tanto os impactos negativos da colonização quanto a resistência e a resiliência desses povos. Essa perspectiva amplia a compreensão da história do estado e reforça a necessidade de promover uma memória histórica mais inclusiva e plural.

4 A INFLUÊNCIA INDÍGENA NA LÍNGUA, TOPONÍMIA E CULINÁRIA PERNAMBUCANA

A cultura indígena exerceu influência profunda e duradoura sobre diversos aspectos da vida social e cultural de Pernambuco. Entre essas contribuições, destacam-se a língua, a toponímia e a culinária, que permanecem presentes no cotidiano da população pernambucana, ainda que muitas vezes de forma naturalizada e pouco reconhecida. Esses elementos constituem importantes marcas da presença indígena na formação da identidade regional, revelando a continuidade de saberes ancestrais transmitidos ao longo das gerações.

A incorporação desses elementos não ocorreu de maneira homogênea ou pacífica, mas resultou de processos históricos complexos, marcados por conflitos, resistências e adaptações culturais. Apesar das tentativas de apagamento e assimilação impostas pelo colonizador, os povos indígenas conseguiram preservar aspectos fundamentais de sua cultura, que se integraram à sociedade pernambucana de forma estrutural.

4.1 A LÍNGUA INDÍGENA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA CULTURAL

A língua é um dos principais pilares da identidade cultural de um povo, pois expressa modos de pensar, interpretar o mundo e transmitir conhecimentos. No Brasil, antes da colonização, existiam centenas de línguas indígenas faladas por diferentes etnias. Com a imposição do português como língua oficial durante o período colonial, muitas dessas línguas foram silenciadas ou extintas, especialmente nas regiões mais afetadas pela colonização, como o Nordeste.

Em Pernambuco, a situação linguística indígena foi profundamente impactada pelas políticas coloniais e pelas ações de catequização, que buscavam substituir as línguas nativas pelo português. No entanto, apesar desse processo de repressão linguística, alguns povos indígenas conseguiram preservar suas línguas originárias como forma de resistência cultural. O povo Fulni-ô destaca-se nesse contexto por manter viva a língua Yaathe, falada cotidianamente na comunidade e considerada um elemento central de sua identidade étnica.

A preservação da língua Yaathe representa não apenas a continuidade de um sistema linguístico, mas também a manutenção de uma visão de mundo própria, ligada à ancestralidade, à

espiritualidade e à organização social do povo Fulni-ô. Mesmo diante das pressões externas e da predominância do português, a língua indígena continua sendo um símbolo de resistência e afirmação cultural, reforçando o sentimento de pertencimento comunitário.

A perda das línguas indígenas no Nordeste brasileiro está diretamente relacionada às políticas coloniais de imposição cultural e linguística, que associavam o uso das línguas nativas à ideia de atraso e inferioridade. Durante séculos, falar a própria língua foi motivo de punição, discriminação e exclusão social, levando muitos povos indígenas a abandonarem o uso público de seus idiomas como estratégia de sobrevivência. Esse processo contribuiu significativamente para o enfraquecimento das identidades étnicas e para o apagamento cultural dessas populações.

Nesse contexto, a preservação da língua Yaathe pelo povo Fulni-ô assume um papel de grande relevância histórica e simbólica. A manutenção do idioma não ocorre apenas como meio de comunicação, mas como instrumento político de afirmação identitária e resistência cultural. O uso da língua indígena em rituais, no cotidiano da aldeia e em processos educativos internos fortalece os vínculos comunitários e assegura a transmissão dos saberes tradicionais às novas gerações.

Além disso, iniciativas de revitalização linguística observadas em outros povos indígenas do Nordeste demonstram que a língua pode ser recuperada e fortalecida como elemento central da identidade. Esses movimentos evidenciam que a diversidade linguística indígena não está completamente perdida, mas depende de políticas públicas, reconhecimento institucional e valorização social para sua continuidade.

4.2 A TOPONÍMIA INDÍGENA NO TERRITÓRIO PERNAMBUCANO

A toponímia, isto é, o estudo dos nomes próprios de lugares, constitui uma importante fonte para compreender a presença indígena no território pernambucano. Muitos nomes de cidades, rios, serras e localidades do estado possuem origem indígena, especialmente de línguas do tronco tupi-guarani. Esses nomes carregam significados ligados às características geográficas, naturais e simbólicas dos espaços, refletindo a relação profunda dos povos indígenas com o ambiente.

Nomes como Igarassu, Itamaracá, Jaboatão, Caruaru, Capibaribe e Beberibe são exemplos da permanência da língua indígena no espaço geográfico pernambucano. Esses termos foram incorporados à língua portuguesa durante o processo de colonização e permanecem em uso até os dias atuais, muitas vezes sem que seus significados originais sejam conhecidos pela população.

A presença da toponímia indígena revela que, apesar da violência colonial e do apagamento histórico, os povos indígenas deixaram marcas duradouras na organização territorial do estado. Esses nomes funcionam como verdadeiros registros históricos, preservando a memória indígena no espaço urbano e rural. Reconhecer a origem desses termos contribui para a valorização da cultura indígena e para a compreensão da história de Pernambuco a partir de uma perspectiva mais plural.

A toponímia indígena não apenas nomeia o espaço geográfico, mas também expressa uma forma específica de compreender e se relacionar com o território. Os nomes atribuídos pelos povos indígenas geralmente descrevem características naturais do ambiente, como a presença de rios, vegetação, animais ou aspectos do relevo. Dessa forma, os topônimos funcionam como registros linguísticos e culturais, preservando informações sobre a paisagem e o modo de vida indígena.

Em Pernambuco, a permanência desses nomes demonstra que, apesar da tentativa de substituição cultural promovida pela colonização, a linguagem indígena permaneceu inscrita no espaço físico. Essa presença simbólica reforça a ideia de que o território pernambucano é resultado de múltiplas camadas históricas, nas quais os povos indígenas desempenharam papel central.

Reconhecer a origem indígena da toponímia contribui para a valorização da memória coletiva e para o fortalecimento de uma identidade regional mais inclusiva. Ao compreender o significado desses nomes, a população passa a perceber o território não apenas como espaço urbano ou administrativo, mas como lugar de memória, ancestralidade e resistência cultural.

4.3 A CULINÁRIA INDÍGENA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

A culinária é uma das áreas em que a influência indígena se manifesta de forma mais evidente na cultura pernambucana. Antes da chegada dos europeus, os povos indígenas já possuíam sistemas alimentares diversificados, baseados no cultivo agrícola, na caça, na pesca e na coleta. Esses sistemas foram fundamentais para a sobrevivência dos colonizadores, que passaram a adotar alimentos e técnicas indígenas.

A mandioca destaca-se como o principal legado da alimentação indígena, sendo utilizada de diversas formas, como farinha, beiju, tapioca, pirão e mingau. Esses alimentos continuam presentes na mesa do pernambucano, especialmente nas regiões do interior, e constituem símbolos da herança indígena na culinária regional. Além da mandioca, outros produtos como milho, feijão, abóbora, batata-doce, caju e amendoim também foram incorporados à alimentação local.

Esses saberes culinários não se restringem à preparação dos alimentos, mas envolvem técnicas de cultivo, colheita, armazenamento e preparo, transmitidas de geração em geração. Dessa forma, a culinária indígena pode ser compreendida como um patrimônio cultural imaterial, que carrega conhecimentos ancestrais e valores simbólicos relacionados à coletividade, à sustentabilidade e à relação com a natureza.

A alimentação indígena, além de suprir necessidades nutricionais, está profundamente associada a valores culturais, sociais e espirituais. O preparo dos alimentos envolve práticas coletivas, divisão de tarefas e respeito aos ciclos naturais, refletindo uma visão de mundo baseada na sustentabilidade e no equilíbrio com a natureza. Esses princípios contrastam com os modelos de produção alimentar impostos posteriormente pelo sistema colonial.

A mandioca, elemento central da culinária indígena, simboliza resistência e adaptação cultural. Seu cultivo e processamento exigem conhecimentos técnicos específicos, desenvolvidos ao longo de gerações, que foram incorporados pela sociedade colonial e permanecem até os dias atuais. Em Pernambuco, alimentos derivados da mandioca continuam sendo fundamentais na alimentação cotidiana, especialmente em contextos rurais e em festividades tradicionais.

Dessa forma, a culinária indígena não deve ser compreendida apenas como herança histórica, mas como prática cultural viva, que continua a influenciar hábitos alimentares e modos de vida. Reconhecê-la como patrimônio cultural imaterial é um passo importante para a valorização dos saberes tradicionais e para a preservação da identidade cultural pernambucana.

4.4 SABERES TRADICIONAIS E PERMANÊNCIA NO COTIDIANO PERNAMBUCANO

Além da língua e da culinária, os saberes tradicionais indígenas continuam presentes no cotidiano pernambucano por meio do uso de plantas medicinais, práticas de cura, rituais religiosos e formas de organização comunitária. O conhecimento indígena sobre o uso terapêutico das plantas influenciou diretamente a medicina popular, especialmente nas áreas rurais, onde ainda são comuns os chás, benzimentos e práticas de cura natural.

Esses saberes foram historicamente desvalorizados pela ciência oficial e pelas instituições coloniais, sendo frequentemente classificados como superstição ou folclore. No entanto, estudos contemporâneos reconhecem a importância desses conhecimentos para a preservação da biodiversidade e para a construção de práticas sustentáveis de cuidado com a saúde e com o meio ambiente.

A permanência desses elementos no cotidiano pernambucano evidencia que a cultura indígena não pertence apenas ao passado, mas continua viva e em constante transformação. Reconhecer esses saberes como parte integrante da identidade cultural do estado é fundamental para combater o apagamento histórico e valorizar a diversidade cultural que compõe Pernambuco.

Os saberes tradicionais indígenas desempenham papel fundamental na construção de práticas sociais sustentáveis e no cuidado com a saúde e o meio ambiente. O uso de plantas medicinais, por exemplo, é resultado de um conhecimento empírico acumulado ao longo de séculos, baseado na observação da natureza e na experimentação coletiva. Esses conhecimentos continuam sendo utilizados por comunidades rurais e urbanas, especialmente em regiões com acesso limitado aos serviços de saúde.

Além da medicina tradicional, os saberes indígenas influenciam formas de organização comunitária, relações de solidariedade e respeito aos mais velhos, considerados detentores da memória coletiva. Esses valores permanecem presentes em diversas práticas sociais pernambucanas, mesmo que não sejam explicitamente reconhecidos como de origem indígena.

A desvalorização histórica desses saberes contribuiu para seu silenciamento, mas movimentos contemporâneos de valorização cultural têm buscado resgatar e legitimar esses conhecimentos como parte fundamental do patrimônio cultural brasileiro. Esse reconhecimento é essencial para promover uma visão mais plural da cultura pernambucana.

4.5 A VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA COMO POLÍTICA DE IDENTIDADE

A valorização da cultura indígena é um elemento central na construção de uma identidade pernambucana mais justa e representativa. Durante muito tempo, as contribuições indígenas foram tratadas de forma secundária ou folclorizada, o que contribuiu para o fortalecimento de estereótipos e para o apagamento histórico dessas populações. Reconhecer a importância da cultura indígena significa romper com narrativas excludentes e promover uma leitura mais crítica da história regional.

As políticas culturais e educacionais desempenham papel fundamental nesse processo, especialmente por meio da inserção da história e cultura indígena nos currículos escolares, conforme previsto na legislação brasileira. A educação intercultural possibilita o reconhecimento da diversidade cultural e contribui para a formação de cidadãos mais conscientes de sua história e identidade.

Nesse sentido, valorizar a língua, a culinária e os saberes tradicionais indígenas não é apenas uma ação de preservação cultural, mas um ato político de reconhecimento e respeito aos povos originários. Essa valorização fortalece a identidade pernambucana ao reconhecer suas múltiplas raízes e promover uma memória coletiva mais inclusiva.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a influência da cultura indígena na formação da identidade pernambucana, considerando suas contribuições nos campos linguístico, culinário, cultural e simbólico. Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma metodologia adequada à natureza do estudo, fundamentada em procedimentos científicos que possibilitam uma análise crítica e reflexiva sobre o tema proposto.

5.1 TIPO E NATUREZA DA PESQUISA

Quanto à natureza, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que busca compreender fenômenos culturais e históricos a partir da interpretação de significados, valores e práticas sociais, sem recorrer a dados estatísticos ou mensuração numérica. A abordagem qualitativa permite uma análise aprofundada das contribuições culturais indígenas, considerando seus contextos históricos e sociais.

Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória possibilita maior familiaridade com o tema, ampliando a compreensão sobre a influência

indígena na formação cultural de Pernambuco. Já a pesquisa descritiva tem como finalidade registrar, analisar e interpretar os elementos culturais, históricos e sociais relacionados à presença indígena no estado.

5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados consistem em uma pesquisa bibliográfica, baseada na análise de fontes secundárias. Foram utilizados livros, artigos científicos, teses, dissertações, documentos oficiais, legislações, publicações institucionais e materiais acadêmicos que abordam a temática indígena, a identidade cultural e a história de Pernambuco.

A pesquisa bibliográfica permitiu o levantamento e a sistematização de diferentes perspectivas teóricas e históricas, possibilitando uma visão ampla e fundamentada sobre a contribuição indígena para a formação da identidade pernambucana. Segundo Marconi e Lakatos (2017), esse tipo de pesquisa é essencial para estudos de natureza histórica e cultural, pois fornece base teórica consistente para a análise dos fenômenos sociais.

5.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS FONTES

A seleção das fontes bibliográficas seguiu critérios de relevância, atualidade e credibilidade acadêmica. Foram priorizadas obras de autores reconhecidos nas áreas de História, Antropologia, Sociologia e Estudos Culturais, bem como publicações provenientes de bases de dados científicas, como SciELO e Google Acadêmico.

Também foram considerados documentos oficiais, como legislações e dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por sua importância na contextualização da realidade indígena contemporânea em Pernambuco. A diversidade de fontes possibilitou uma análise plural e interdisciplinar, fundamental para a compreensão do tema proposto.

5.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados foi realizada por meio de uma abordagem interpretativa, fundamentada na leitura crítica e comparativa das obras selecionadas. Os conteúdos foram organizados em categorias temáticas, como identidade cultural, língua, culinária, manifestações culturais, memória histórica e desafios contemporâneos dos povos indígenas.

Essa organização possibilitou a identificação de convergências e divergências entre os autores, bem como a construção de uma análise articulada entre teoria e contexto histórico. A interpretação dos dados buscou evidenciar a permanência e a ressignificação da cultura indígena na sociedade pernambucana ao longo do tempo.

5.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Como toda pesquisa bibliográfica, este estudo apresenta algumas limitações. A principal delas refere-se à dependência de fontes secundárias, o que impossibilita o contato direto com as comunidades indígenas por meio de pesquisa de campo. No entanto, essa limitação não compromete os objetivos do trabalho, uma vez que o foco da pesquisa está na análise histórica e cultural a partir de produções acadêmicas consolidadas.

Além disso, a escassez de materiais específicos sobre determinados povos indígenas de Pernambuco evidencia a necessidade de ampliação das pesquisas nessa área, reforçando a relevância do presente estudo como contribuição acadêmica.

5.6 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS FINAIS

A metodologia adotada mostrou-se adequada para atender aos objetivos propostos, permitindo uma análise consistente e fundamentada sobre a influência da cultura indígena na formação da identidade pernambucana. A abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica possibilitaram compreender a complexidade do tema, valorizando os saberes indígenas e promovendo uma reflexão crítica sobre o apagamento histórico e a preservação cultural.

Dessa forma, a metodologia contribuiu significativamente para a construção de uma pesquisa coerente, articulada teoricamente e comprometida com a valorização da diversidade cultural.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise e discussão dos dados, em uma pesquisa de natureza bibliográfica, possibilitam a interpretação crítica de produções acadêmicas, documentos históricos e registros culturais que abordam determinado fenômeno social. Nesse sentido, este capítulo concentra-se na relação entre a cultura indígena e a identidade pernambucana, considerando as contribuições de diferentes autores que analisam esse processo histórico-cultural. A investigação demonstrou que os povos indígenas deixaram um legado significativo na formação cultural de Pernambuco, abrangendo aspectos linguísticos, gastronômicos, religiosos, sociais e simbólicos, compondo uma base essencial da identidade local.

A análise dos dados revela que a presença indígena em Pernambuco não se limita ao período pré-colonial ou colonial, mas permanece viva no cotidiano da sociedade, ainda que muitas vezes de forma invisibilizada. Esse processo de invisibilidade está relacionado a fatores históricos como a colonização, o etnocentrismo europeu e as políticas de assimilação cultural, que contribuíram para o apagamento simbólico das culturas indígenas. Ainda assim, diversos elementos dessa herança resistiram e se mantiveram integrados à identidade pernambucana.

No que se refere à influência linguística, observa-se que muitos termos presentes no vocabulário pernambucano e brasileiro possuem origem tupi-guarani, especialmente os nomes geográficos. Rios como Capibaribe e Beberibe, bem como localidades como Ipojuca e Itamaracá, evidenciam a permanência da língua indígena no território. Para Silva (2015), essa presença linguística constitui um testemunho da intensa interação entre indígenas e colonizadores, além de evidenciar o sincretismo cultural que marca a formação da identidade local. Segundo Araújo (2017), esse comportamento linguístico demonstra como a cultura indígena resiste mesmo em contextos de repressão, adaptando-se e ressignificando-se ao longo do tempo.

A permanência da influência indígena na linguagem revela não apenas um legado histórico, mas também um processo contínuo de resistência cultural. A incorporação de termos indígenas ao vocabulário cotidiano demonstra como essas línguas conseguiram atravessar séculos, mesmo diante da imposição do português como idioma oficial durante o período colonial. Além dos nomes geográficos, diversas expressões relacionadas à fauna, à flora e ao cotidiano brasileiro possuem origem indígena, o que evidencia a profundidade dessa influência e sua naturalização no uso cotidiano da língua.

Segundo Ribeiro (1995), a cultura indígena influenciou profundamente o modo de vida da população brasileira, incluindo expressões artísticas, hábitos alimentares e formas de organização social. Em Pernambuco, essa influência manifesta-se de forma marcante na culinária regional, onde pratos como beiju, tapioca, pirão e mingau de milho demonstram o uso e a valorização da mandioca, ingrediente essencial herdado diretamente dos povos originários. Cascudo (2004) reforça essa perspectiva ao afirmar que a cozinha nordestina, especialmente a pernambucana, é indissociável da herança indígena, sendo a mandioca não apenas um alimento básico, mas também um símbolo de resistência cultural.

A análise dos dados relacionados à culinária evidencia que a alimentação indígena constituiu a base alimentar da população durante séculos. O domínio das técnicas de cultivo, preparo e conservação dos alimentos demonstra o profundo conhecimento indígena sobre o meio ambiente e seus recursos naturais. Esses saberes foram apropriados pelos colonizadores e permanecem presentes na cultura alimentar regional, especialmente nas áreas rurais, onde práticas tradicionais ainda são preservadas.

Além da culinária, a presença indígena também se evidencia em manifestações culturais e religiosas que atravessaram séculos. Entre os rituais indígenas mais comuns em Pernambuco destacam-se o Toré, a Jurema Sagrada, o Ouricuri e o Praiá. O Toré é um dos rituais mais conhecidos e praticados por diversas comunidades indígenas do estado. De acordo com Oliveira (2010), essas manifestações continuam sendo importantes expressões de resistência e reafirmação identitária. As celebrações são marcadas por danças circulares, cantos em línguas nativas, uso de elementos simbólicos e forte ligação com a espiritualidade indígena.

Esses rituais desempenham papel fundamental na preservação da identidade cultural indígena, pois fortalecem os vínculos comunitários e asseguram a transmissão dos saberes tradicionais entre as gerações. As práticas religiosas e culturais não apenas expressam espiritualidade, mas também funcionam como mecanismos de resistência cultural frente aos processos históricos de colonização e modernização.

No que se refere à língua falada, destaca-se que o povo Fulni-ô é o único grupo indígena do Nordeste que mantém viva sua língua originária, o Yatê. Conforme Silva (2016), os Fulni-ô continuam utilizando o Yatê como língua cotidiana, sendo, para grande parte do povo, a primeira língua aprendida. A preservação desse idioma representa um caso singular no contexto brasileiro, evidenciando a língua como elemento central da identidade étnica e instrumento de resistência cultural.

A manutenção do Yatê contribui para a preservação da memória coletiva e para o fortalecimento da autonomia cultural do povo Fulni-ô. A língua, nesse sentido, não se restringe à comunicação, mas assume um papel político e simbólico, garantindo a continuidade dos saberes ancestrais e reforçando o sentimento de pertencimento comunitário.

A análise documental também revelou que aspectos religiosos da espiritualidade indígena se entrelaçaram às crenças populares em Pernambuco. Segundo Santos (2013), práticas como a cura por meio de ervas medicinais, benzimentos e rituais de conexão com a natureza são resquícios diretos do conhecimento indígena, preservados e reinterpretados em comunidades rurais e urbanas. Essa permanência evidencia a resiliência da religiosidade indígena, mesmo diante de séculos de repressão e tentativas de apagamento cultural.

Contudo, apesar dessa riqueza cultural, os dados analisados apontam desafios significativos relacionados à preservação da memória indígena. Souza (2018) destaca que a urbanização acelerada, o preconceito contra culturas tradicionais e a ausência de políticas públicas eficazes contribuem para o esquecimento e a marginalização dessas tradições. Em muitas escolas, a história indígena ainda é apresentada de forma secundária, folclorizada e descontextualizada, conforme aponta Almeida (2020).

Outro ponto crítico identificado nos dados é a invisibilização das comunidades indígenas contemporâneas. De acordo com Cavalcanti (2019), ainda persiste a ideia equivocada de que os povos indígenas foram completamente assimilados ou extintos em Pernambuco. Essa percepção ignora a presença viva de povos como os Xukuru, Truká e Pankararu, que continuam lutando pela preservação de sua cultura, identidade e territórios. Essa invisibilidade social contribui para a fragilização das políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio cultural indígena.

Com base nas análises realizadas, torna-se evidente que a cultura indígena constitui um pilar central na formação da identidade pernambucana. Conforme Freyre (2003), a sociedade pernambucana resulta de uma intensa fusão entre culturas indígenas, africanas e europeias, em um processo de

miscigenação marcado por tensões e disputas históricas. Esse processo, contudo, não exclui as contribuições indígenas, mas reafirma sua presença como elemento estruturante da cultura popular.

Dessa forma, a análise dos dados reforça a necessidade de compreender a cultura indígena não como um elemento do passado, mas como parte essencial do presente e do futuro da identidade pernambucana. As manifestações culturais, a culinária, a linguagem e as práticas religiosas de matriz indígena continuam enriquecendo a cultura do estado e são fundamentais para compreender sua diversidade e complexidade.

A análise dos dados também permite refletir sobre a relação entre identidade cultural e território no contexto indígena pernambucano. Para os povos originários, o território não representa apenas um espaço físico, mas um elemento sagrado, fundamental para a manutenção da cultura, da espiritualidade e da organização social. A perda ou restrição do acesso às terras tradicionais impacta diretamente a preservação dos modos de vida indígenas, comprometendo a transmissão dos saberes ancestrais.

Os dados analisados evidenciam que muitos conflitos enfrentados atualmente pelas comunidades indígenas em Pernambuco estão relacionados à disputa territorial e à falta de reconhecimento institucional. Essa realidade contribui para a fragilização das práticas culturais e para o aumento da invisibilidade social desses povos. Ainda assim, observa-se que as comunidades indígenas continuam desenvolvendo formas de resistência e reafirmação identitária, por meio da valorização de suas tradições, da luta por direitos e da participação em espaços políticos e educacionais.

Outro aspecto relevante identificado na análise dos dados refere-se ao papel da cultura indígena na construção de uma consciência ambiental. Os saberes tradicionais relacionados ao uso sustentável dos recursos naturais oferecem importantes contribuições para os debates contemporâneos sobre preservação ambiental e sustentabilidade. Esses conhecimentos, historicamente desvalorizados, vêm sendo progressivamente reconhecidos como fundamentais para a construção de modelos alternativos de desenvolvimento.

Dessa forma, a análise e discussão dos dados reforçam que a cultura indígena não apenas influenciou a formação da identidade pernambucana no passado, mas continua desempenhando papel central na construção de práticas sociais, culturais e ambientais no presente. Reconhecer essa influência é essencial para promover uma sociedade mais justa e comprometida com a valorização da diversidade cultural.

Portanto, esta pesquisa evidencia que reconhecer e valorizar os povos indígenas é um passo fundamental para a construção de uma sociedade pernambucana mais plural, justa e consciente de sua própria história. Promover políticas culturais e educacionais que assegurem a preservação e valorização desse patrimônio imaterial é essencial para garantir que essa herança continue viva e respeitada em suas múltiplas formas de expressão.

6.1 CULTURA INDÍGENA, IDENTIDADE E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A análise dos dados evidencia que a cultura indígena, além de constituir um dos pilares históricos da identidade pernambucana, enfrenta desafios significativos na contemporaneidade, especialmente no que se refere ao reconhecimento social, à preservação cultural e à garantia de direitos. Esses desafios são resultado de um processo histórico marcado pela colonização, pela expropriação territorial e pela imposição de modelos culturais hegemônicos que buscaram silenciar ou descaracterizar as expressões culturais dos povos originários.

No contexto atual, a marginalização das comunidades indígenas manifesta-se por meio do preconceito, da invisibilidade social e da ausência de políticas públicas efetivas voltadas para a valorização de suas culturas. Embora a legislação brasileira reconheça os direitos indígenas, na prática ainda persistem dificuldades relacionadas ao acesso à educação diferenciada, à saúde, à proteção territorial e ao fortalecimento das identidades culturais. Esses fatores contribuem para a fragilização das tradições e para a reprodução de estereótipos que associam os povos indígenas a uma visão estática e folclorizada.

A questão territorial surge como um dos principais desafios enfrentados pelos povos indígenas em Pernambuco. Para essas comunidades, o território possui um significado que vai além do espaço físico, constituindo-se como elemento central para a organização social, a espiritualidade e a transmissão dos saberes ancestrais. A perda ou restrição do acesso às terras tradicionais compromete diretamente a continuidade das práticas culturais, afetando rituais, modos de subsistência e a relação simbólica com a natureza. Nesse sentido, a luta pela demarcação e proteção dos territórios indígenas representa também uma luta pela preservação da identidade cultural.

Outro aspecto relevante diz respeito à inserção dos povos indígenas nos espaços educacionais e culturais. A escola, quando estruturada a partir de uma perspectiva intercultural, pode desempenhar papel fundamental na valorização das culturas indígenas e no fortalecimento da identidade dos povos originários. No entanto, a predominância de currículos que desconsideram a história e os saberes indígenas contribui para o apagamento cultural e para a reprodução de narrativas excludentes. A implementação de políticas educacionais que promovam o ensino da história indígena de forma crítica e contextualizada é, portanto, essencial para a construção de uma sociedade mais plural e consciente de sua diversidade.

Apesar dos desafios enfrentados, os dados analisados revelam que os povos indígenas em Pernambuco seguem desenvolvendo estratégias de resistência e reafirmação identitária. A valorização das línguas nativas, a manutenção dos rituais tradicionais, a organização política das comunidades e a ocupação de espaços de diálogo com a sociedade são formas de preservar e fortalecer a cultura indígena. Essas ações demonstram que a identidade indígena não está restrita ao passado, mas se

constrói continuamente no presente, adaptando-se às transformações sociais sem perder suas bases ancestrais.

Dessa forma, compreender os desafios contemporâneos enfrentados pelos povos indígenas implica reconhecer a cultura indígena como elemento vivo e dinâmico da identidade pernambucana. A valorização dessa herança cultural exige o compromisso do poder público, das instituições educacionais e da sociedade em geral com a promoção do respeito à diversidade cultural, com o combate ao preconceito e com a construção de políticas que assegurem a preservação e o fortalecimento das culturas indígenas. Assim, reafirma-se que reconhecer os povos indígenas como sujeitos históricos ativos é um passo fundamental para a construção de um Pernambuco mais justo, plural e representativo de suas múltiplas matrizes culturais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da análise desenvolvida neste trabalho, foi possível compreender que a contribuição indígena para a formação da identidade pernambucana não pode ser reduzida a um vestígio histórico distante ou a um elemento meramente folclórico. Trata-se de uma herança viva, dinâmica e constantemente ressignificada, que continua a moldar práticas cotidianas, valores simbólicos, manifestações culturais e modos de vida no estado de Pernambuco. A presença indígena manifesta-se na linguagem, na culinária, nas práticas religiosas, nos saberes tradicionais e na própria relação da população com o território, configurando-se como um dos pilares estruturantes da identidade cultural pernambucana.

Apesar dessa relevância, a análise evidenciou que a cultura indígena ainda é frequentemente invisibilizada ou tratada de forma secundária nas narrativas históricas, nos currículos escolares e nos discursos institucionais. Esse apagamento simbólico resulta de um processo histórico marcado pela colonização, pelo etnocentrismo e pela valorização desigual das matrizes culturais que compõem a sociedade brasileira. Nesse contexto, reconhecer e valorizar a cultura indígena não se limita a um exercício de memória histórica, mas representa um compromisso ético, social e político com a construção de uma sociedade mais justa e representativa.

Compreender a formação cultural de Pernambuco sem considerar o papel dos povos indígenas implica negar uma dimensão essencial da própria identidade brasileira. Ao longo deste estudo, constatou-se que a identidade pernambucana é fruto de um processo complexo de interações, conflitos e negociações entre diferentes matrizes culturais, especialmente indígena, africana e europeia. Essa miscigenação, longe de ser harmônica, foi marcada por disputas de poder e tentativas de apagamento cultural, mas não impediu que os povos indígenas preservassem elementos fundamentais de sua cultura, que permanecem vivos e atuantes no presente.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que as políticas culturais e educacionais assumam um papel central na preservação e valorização da herança indígena. A efetivação de políticas públicas voltadas para a valorização da diversidade cultural, a implementação de projetos pedagógicos que abordem a história e cultura indígena de forma crítica e contextualizada, bem como o incentivo à produção acadêmica sobre o tema, configuram-se como estratégias fundamentais para combater o apagamento histórico e promover o reconhecimento social dessas populações. A educação, nesse sentido, apresenta-se como um espaço privilegiado para a construção de uma consciência histórica mais plural e inclusiva.

Além disso, a valorização da cultura indígena passa, necessariamente, pelo reconhecimento das comunidades originárias como protagonistas de suas próprias narrativas. Durante séculos, a história indígena foi contada a partir de olhares externos, muitas vezes marcados por estereótipos, romantizações ou interpretações distorcidas. Criar espaços de escuta, diálogo intercultural e participação ativa dos povos indígenas na produção do conhecimento histórico e cultural é fundamental para garantir representações mais fiéis, respeitosas e democráticas. Esse reconhecimento fortalece a autonomia cultural dessas comunidades e contribui para a construção de uma memória coletiva mais justa.

Outro aspecto relevante evidenciado por esta pesquisa refere-se à importância dos saberes tradicionais indígenas para os desafios contemporâneos da sociedade. Práticas relacionadas ao uso sustentável dos recursos naturais, à medicina tradicional, à organização comunitária e à relação equilibrada com o meio ambiente oferecem importantes contribuições para reflexões atuais sobre sustentabilidade, preservação ambiental e qualidade de vida. Valorizar esses saberes significa reconhecer que o conhecimento indígena possui relevância não apenas histórica, mas também social e científica no contexto atual.

Assim, este estudo buscou não apenas identificar as influências da cultura indígena na identidade pernambucana, mas também provocar reflexões sobre a necessidade de ressignificar o lugar dos povos indígenas na história e na sociedade contemporânea. Reconhecer que os povos indígenas continuam a construir o presente e o futuro de Pernambuco é um passo fundamental para superar visões limitadas que os associam exclusivamente ao passado.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o aprofundamento do debate acadêmico e social acerca da valorização da cultura indígena, estimulando novos estudos, práticas educativas e políticas públicas comprometidas com a diversidade cultural. Ao reconhecer a cultura indígena como parte essencial da identidade pernambucana, avança-se na construção de uma sociedade mais consciente de suas origens, mais plural em suas representações e mais comprometida com o respeito às diferenças.

Conclui-se, portanto, que a valorização da cultura indígena é indispensável para a construção de um Pernambuco mais plural, inclusivo e representativo, capaz de reconhecer a diversidade de povos,

saberes e experiências que contribuíram para sua formação histórica e cultural. Promover esse reconhecimento significa fortalecer uma memória coletiva crítica, democrática e inclusiva, que respeite, preserve e valorize a contribuição indígena como elemento fundamental da identidade do estado de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ANDRADE JÚNIOR, Glício Freire; BARCELLOS, Lusival Antonio. Resistências e religiosidade dos indígenas Tabajara da Paraíba no século XXI. Identidade!, v. 28, n. 2, p. 179–196, 2023.

APURINÃ, Francisco. Um olhar sobre o cosmos a partir da perspectiva indígena e as consequências da fricção entre os humanos e os não humanos. Emblemas, v. 17, n. 1, 2020.

BANIWA, Gersem. As contribuições dos povos indígenas para o desenvolvimento da ciência no Brasil. Ciência e Cultura, v. 74, n. 3, p. 1–6, 2022. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br. Acesso em: 23 fev. 2025.

BOMFIM, Anari Braz; COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira. Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva. Salvador: EGBA, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2025.

CAMPANI, G. The Indigenous People of the Fulni-ô in Pernambuco. In: International Conference on Education, Research and Innovation (ICERI), 15., 2025. Proceedings… Sevilha: IATED, 2025.

CARDANO, Mario. Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação. Petrópolis: Vozes, 2017.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. 5. ed. São Paulo: Global, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. História da alimentação no Brasil. 4. ed. São Paulo: Global, 2004.

CLEMENT, Charles R. Crop domestication in the upper Madeira River basin. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas, 2016.

COSTA, Ana Paula. O Toré e suas representações culturais entre os Xucuru de Ororubá. Revista de Antropologia, v. 1, p. 45–62, 2020.

DÍAZ, Jorge Hernández. Povos indígenas no Brasil: Fulni-ô. 1998. Disponível em: https://pib.socioambiental.org. Acesso em: 26 fev. 2025.

FREIRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 51. ed. São Paulo: Global, 2013.

GEIGER, Noni. Manioc: root of Brazil. In: Proceedings of the International Committee for Design History & Design Studies (ICDHS). São Paulo: Blucher, 2014.

GONÇALVES, Rafael. Indígenas e construção da identidade nordestina: uma perspectiva histórica. In: Seminário de História do Nordeste, 12., 2019, Recife. Anais… Recife: UFPE, 2019.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. Revista OWL, v. 1, n. 2, p. 149–159, 2023.

GUERREIRO, Antonio. Ancestrais e suas sombras: uma etnografia da chefia Kalapalo e seu ritual mortuário. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: população indígena. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEAL, Valtecino Eufrásio et al. O conceito de cultura na intersecção de debates interdisciplinares. Interações, v. 22, p. 755–771, 2021.

LEESTMA, Justin. A tropical flour: manioc in the Afro-Brazilian world, 1500–1800. Albuquerque: University of New Mexico, 2015.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. As perambulações: etnicidade, memória e territorialidade indígena. In: PAILOT, Estêvão Martins. Na mata do sabiá. 2. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009. p. 233–250.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELO, Constantino José Bezerra. O ritual sagrado: a religião indígena do povo Xukuru do Ororubá. Recife: Olyver, 2021.

MELO, José Flávio. Maracatu rural: tradição e resistência cultural em Pernambuco. Recife: Cepe, 2012.

MELAND, J.; MELAND, M. A report on Fulni-ô language vitality. Journal of Language Survey Reports, 2007.

MOTA, Lívia. Resistência e cultura: povos indígenas do Agreste pernambucano. 2023. Disponível em: https://www.vivaagreste.com. Acesso em: 17 abr. 2025.

NAVARRO, Eduardo A. Os topônimos com a posposição tupi -pe no território brasileiro. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas, 2021.

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva. Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (1940–2010). Tese (Doutorado) – USP, 2022.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O índio e o mundo dos brancos. 2. ed. Brasília: UnB, 2010.

PAIVA, A.; CAMPOS, R. Manioc processing and cultural practices in Brazil. Atiner Conference Paper Series, 2014.

PEÑA-VENEGAS, C. P. et al. Manioc diversity among ethnic groups. Diversity, v. 6, n. 4, p. 792–806, 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de Cultura. Mapa Cultural de Pernambuco. Recife, 2017.

RÁDIO ALEPE. Povos indígenas de Pernambuco e conflitos contemporâneos. Disponível em: https://www.alepe.pe.gov.br. Acesso em: 22 abr. 2025.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Hênio da Silva et al. Nas palavras dos povos, um multilinguismo. Policromias, v. 6, n. 2, p. 606–655, 2021.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Ana Maria de Barros da. Rituais e identidades indígenas no sertão do Rio São Francisco. TCC – UFAL, 2024.

SILVA, Fábia Pereira da. A organização prosódica do Yaathe. Tese – UFAL, 2016.

SILVA, Francisco Bispo. Os Xukuru do Ororubá. Emblemas, v. 16, n. 2, 2019.

SILVA, José Maria. História e cultura indígena nas escolas brasileiras. Revista Educação e Diversidade, v. 2, 2018.

SILVA, José Roberto; SOUZA, Evilásio Clecio; RUFINO, Maria Aparecida da Silva. O ritual do Toré como organizador prévio. Zetetike, v. 26, n. 1, 2018.

SILVA, Josineide Ribeiro da; BARBOSA, Giulia Guadagnini. Cultura indígena e desafios contemporâneos. Criar Educação, v. 13, n. 1, 2024.

SILVA, Marcos Antônio. Cultura e identidade. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, Renata. Políticas públicas e preservação cultural indígena. Revista Brasileira de Educação, v. 25, 2020.

UNESCO. Cultura e desenvolvimento sustentável. Brasília: UNESCO, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac Naify, 2002.